

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
3º Período Manhã
Contabilidade Intermediária
Direito e Legislação Trabalhista
Estatística II
Filosofia II
Matemática Financeira
Psicologia Aplicada

Axwell Junio Almeida Godoi
Camila Gonçalves Wlinger
Priscila Fernanda Barbosa Gonçalves
Rejane Jorge Vieira da Costa
Silvia Cordeiro de Souza
Weyder Soares Silva

**CONTRIBUIÇÕES DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO PARA A
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Belo Horizonte
01 novembro 2012

Axwell Junio Almeida Godoi
Camila Gonçalves Wlinger
Priscila Fernanda Barbosa Gonçalves
Rejane Jorge Vieira da Costa
Silvia Cordeiro de Souza
Weyder Soares Silva

**CONTRIBUIÇÕES DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO PARA A
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Artigo Científico apresentado às Disciplinas:
Contabilidade Intermediária, Direito e Legislação
Trabalhista, Estatística II, Filosofia II, Matemática
Financeira e Psicologia Aplicada do 3º Período do
Curso de Ciências Contábeis Manhã do Instituto de
Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC Minas
BH.

Professores: Antônio Carlos Bertucci
Arazi Gomes
Haroldo de Almeida Marques
João Virgílio Sifuentes Costa
Marlene Buzinari
Rafael Ornelas Machado

Belo Horizonte
01 novembro 2012

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo as Contribuições das diversas áreas do conhecimento para a formação e atuação do profissional contábil, com fim de demonstrar a relação e a importância das demais ciências na Contabilidade e em que elas agregam à formação dos contadores contemporâneos. Evidencia-se, através dos referenciais teóricos, a versatilidade do profissional contábil, pois permeia por várias outras áreas do conhecimento, contribuindo assim, para sua formação e experiência profissional.

PALAVRAS-CHAVE

Contabilidade. Banco Bradesco. Organizações. Tomada de decisões.

INTRODUÇÃO

“Contabilidade é a ciência social que estuda, controla, registra e informa o patrimônio de uma Entidade do ponto de vista econômico e financeiro, observando seus aspectos qualitativos e quantitativos e as variações sofridas”. (AVELAR, 2011, p. 2). Além disso, ela é o instrumento que fornece informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Entretanto, para aprimorar e enriquecer tais informações, os contadores contemporâneos necessitam de outros recursos, que são extraídos das demais áreas do conhecimento. Por isso, este artigo tem por objeto de estudo, a Contribuição das diversas áreas do conhecimento para a formação e atuação do profissional contábil, apresentando por meio de referenciais bibliográficos e eletrônicos, a influência que as demais ciências exercem na formação do profissional contábil, além de verificar a utilização das mesmas na prática.

O tema em questão justifica-se, a partir do momento em que o contador passou a exercer um papel de extrema importância dentro das organizações: a de gestores, sendo incumbidos pelas tomadas de decisões. Portanto, o contador contemporâneo necessita de uma visão ampla do cenário econômico mundial, sendo isto possível, através da busca do conhecimento em outras ciências, alheia à sua formação e de estar preparado para enfrentar desafios de uma profissão na qual a competição e a exigência crescem progressivamente.

APLICAÇÃO DA PSICOLOGIA NO BANCO BRADESCO S.A.

Como referência organizacional deste artigo, optou-se pelo Banco do Bradesco S.A - uma Sociedade Anônima de capital aberto, isto é, uma sociedade cujo capital é dividido em ações que por sua vez, são negociadas no mercado de capital (bolsa de valores). (ART. 1º, Lei 6404/76). Foi criado em 1943 na cidade de Marília, no estado de São Paulo, mas seu período de expansão iniciou-se em 1948, com a inauguração da Fundação Bradesco, cujo objetivo é possibilitar a educação de crianças, jovens, e adultos carentes. Contudo, ele se consolida no fim da década de 60, tornando-se o maior banco comercial privado do Brasil, surgindo nesse período as filiais no estado do Paraná (Rio Grande do Norte) e na cidade de Osasco, São Paulo, onde está instalado a sua sede atualmente. (BANCO Bradesco).

Na década de 70, ele expande suas atividades por todo o país, atuando relativamente no seguimento de crédito. Em 1980, surge o Tele Fácil Bradesco e o Bradesco Seguro, relacionado à previdência privada e a capitalização, respectivamente. No ano de 1990 há a implantação do sistema online, do autoatendimento e de máquinas automáticas para emissão de cheques, saques e recolhimentos de depósitos, além da Internet Banking que começa a ser utilizada pelos clientes, tornando-se um dos maiores canais de atendimento. Por este motivo, surge o Bradesco Mobile Banking, onde o cliente tem acesso a várias transações bancárias via celular. Dessa forma, em 2000, ele ocupa o primeiro lugar em planos voltados a empresas de grande porte.

Em 2011, o Bradesco deu início ao plano de expansão da rede própria de atendimento, que resultou na abertura de 1.009 agências, buscando promover a inclusão bancária e social nos municípios brasileiros, tornando-se um marco na sua história, pois destaca a sua presença no mercado e na geração de emprego e renda no Brasil. (BANCO Bradesco).

Com fim de atingir resultados econômico-financeiros positivos, ele atualmente, conta com 95.248 empregados em diversos setores financeiros, direcionando seus esforços não somente a ampliar a base de clientes, mas também para consolidar-se como um “banco referência” no mercado brasileiro, com presença ativa em todos os segmentos, ofertando as melhores condições aos seus diversos tipos de clientes, sustentado pela sua Missão e Visão, respectivamente:

Fornecer soluções, produtos e serviços financeiros e de seguros com agilidade e competência, principalmente por meio da inclusão bancária e da promoção da mobilidade social, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a construção de relacionamentos duradouros para a criação de valor aos acionistas e a toda a sociedade. (BANCO Bradesco).

“Ser reconhecida como a melhor e mais eficiente instituição financeira do País e pela atuação em prol da inclusão bancária e do desenvolvimento sustentável”. (BANCO Bradesco).

Quanto à cultura empresarial, o Banco Bradesco leva em consideração, o respeito ao consumidor, a responsabilidade socioambiental, a segurança e a credibilidade, visando três principais objetivos:

- Evoluir fisicamente, atentando-se quanto às possibilidades de novas parcerias e comprometer-se com a qualidade e segurança do atendimento, com fim de sempre melhorar seus indicadores operacionais;
- Avaliar e identificar os riscos internos às atividades, usando controles adequados e níveis de aceitação em cada operação;
- Continuar com a parceria com o mercado de capitais, conduzindo os negócios com total transparência, ética e remuneração adequada aos investidores. (BANCO Bradesco).

Além disso, o Bradesco possui diversas políticas que estabelecem seus objetivos e linhas de atuação, evidenciando a filosofia da organização e ao mesmo tempo orientação aos funcionários, por meio de regulamentos e normas que visam o bom desempenho. A seguir, a política de gerenciamento dos recursos humanos da organização Bradesco, por Lázaro de Mello Brandão - Presidente do Conselho de Administração:

Nós acreditamos nas pessoas. Desde o início de nossas atividades, reconhecemos no valor do desempenho e no potencial realizador das pessoas a base de sustentação dos negócios da Organização Bradesco. Nossa atuação está inserida e se expande continuamente, por todo o território nacional, ampliando o universo de clientes e parceiros, contemplando uma gama de diversidade que e a própria expressão da estrutura social brasileira. (BANCO Bradesco).

Por essa razão, o Banco Bradesco estabeleceu, para o gerenciamento e desenvolvimento dos recursos humanos, as principais premissas:

- Cumprir todas as exigências, normas regulamentadoras e convenções legais pertinentes às relações e ambiente de trabalho, aplicáveis as nossas atividades;
- Assumir o compromisso público de defesa e proteção aos Direitos Humanos,
- Direitos da Criança e Direitos Fundamentais do Trabalho, em alinhamento a Princípios, Padrões e Tratados conclamados nacional e internacionalmente;

- Respeitar a diversidade e dignidade do ser humano, preservando a individualidade e privacidade, não admitindo a prática de atos discriminatórios de qualquer natureza: no ambiente de trabalho e em todas as nossas relações, com público interno e externo;
- Assegurar o bom relacionamento entre todos os profissionais da Organização, manter o ambiente de trabalho seguro e saudável e propiciar condições para níveis ótimos de desempenho e produtividade. (BANCO Bradesco).

A respeito dos grupos formais e informais existentes dentro do banco, nota-se que são formados à medida que os membros caminham em uma só direção, possuindo os mesmos valores e objetivos. Os grupos formais são aqueles próprios de cada setor, que se estabelecem em função da atividade desenvolvida, ou seja, a uma relação de trabalho, contrariando os grupos informais, que surgem através da afinidade entre os membros da organização, ocorrendo de forma casual e espontânea. As formas de interação entre esses grupos são por meio das novas tecnologias da comunicação – computadores, telefonia móvel, a internet, as redes sociais, entre outros, pois além de diminuir fronteiras, reduz o custo dentro das mesmas, pois é um investimento em curto prazo que dará retorno em longo prazo. Há ainda, alguns modelos de comunicados internos utilizados pelo banco Bradesco, como e-mails, cartas, memorandos, ofícios, avisos ou comunicados, bilhetes, circulares, entre outros.

Porém, durante o processo dessas formas de comunicação, ocorrem ruídos e conflitos interpessoais, prejudicando assim, o desempenho e a boa convivência entre os grupos. Boas ideias de nada valem se não forem bem transmitidas, por isso, para que a comunicação se torne efetiva é necessário ter linguagem apropriada, objetividade, cuidado com ruídos, empatia e usos de várias linguagens, além de usar o meio de transmissão adequado ao receptor da mensagem.

Nesse caso, as organizações precisam estar atentas tanto a seu público interno quanto externo. A comunicação interna é a estratégia para compatibilização dos interesses dos empregados e da organização, através do estímulo ao diálogo, à troca de informações e de experiências e à participação de todos os níveis, podendo ser por meio de circulares, quadro de avisos, manuais, jornais, revistas, comunicação face a face, entre outros. Quanto à comunicação externa, a organização deve zelar pela sua imagem empresarial, pois ela define como uma empresa se parece, como ela é percebida pelas pessoas. (JULIANI, 2010).

A RELEVÂNCIA DOS VALORES ÉTICOS, MORAIS E CONFLITOS NA ORGANIZAÇÃO

Valores éticos e morais estão enraizados intrinsecamente em cada indivíduo, contudo cada pessoa os constrói de acordo com sua personalidade e o meio em que está inserido. A formação do caráter do ser humano e muitas situações do cotidiano colocam em voga o senso moral que nada mais é que a representação dos sentimentos e ações, que geralmente, estão ligadas a consciência moral.

Sendo assim, o indivíduo ético é aquele que reconhece a diferença entre o bem e o mal, tendo em vista que esses conceitos variam de acordo com o meio e a cultura em que o mesmo está imerso, sustentando o fato de que a consciência moral é própria de cada um.

O campo ético, por sua vez, é formado por valores e obrigações, todavia para isso ocorrer é necessário que o sujeito esteja consciente de si, sendo capaz de refletir e reconhecer a existência de outros sujeitos éticos. Por isso, o indivíduo precisa ter vontade e disposição para controlar e orientar os próprios desejos e sentimentos, levando em conta a capacidade de decisão entre várias variáveis, se responsabilizando pelos próprios atos e decisões.

No ambiente organizacional, o indivíduo está sujeito a deliberar sobre amplos assuntos do cotidiano, fazendo-o de acordo com os valores éticos que estão implícitos em si, porém as organizações costumam definir seus próprios códigos de ética e conduta, impedindo assim, o poder de decisão por livre e espontânea vontade por parte do indivíduo. O Comitê de Conduta e Ética do banco Bradesco, por exemplo, é um órgão responsável pela proposição de ações, disseminação e cumprimento dos códigos de conduta e ética corporativo e setoriais da organização, de modo a assegurar sua eficácia. Esse código leva em consideração a Integridade, a Confidencialidade, a Responsabilidade socioambiental e o Compromisso com o grupo e os clientes, devendo ser seguido por todos da organização obrigatoriamente. A seguir evidenciamos os principais pontos do código de conduta do Bradesco: (BANCO Bradesco).

Quanto á Integridade

- Respeito pelas Leis, Regulamentos e Normas Internas: O grupo deve obedecer às leis do País e as normas e regulamentos determinados internamente ou emanados de autoridades de fiscalização do setor.
- Prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento e terrorismo: O grupo não aceita qualquer ato, interesse, tentativa ou omissão associados aos crimes de lavagem de

dinheiro, de financiamento ao terrorismo e de corrupção, por isso os colaboradores devem ser diligentes no monitoramento e detecção quanto ao uso de recursos com indícios de origem ilícita.

- **Prevenção e combate a fraudes:** A fraude em seguros, previdência e capitalização é crime e fere valores éticos trazendo impactos negativos para o cliente e para a sociedade. Sendo assim, o grupo desenvolve ações para o combate à fraude em todas as suas atividades, através de treinamentos e controles internos efetivos.
- **Confidencialidade e segurança da informação:** Consideram-se confidenciais os documentos e informações relativos a todo processo do desenvolvimento diário das atividades ligadas à organização. Logo, devem ser respeitados por todos os colaboradores, não somente durante o período de vinculação ao grupo, mas também posteriormente, na hipótese de desligamento, por qualquer razão.

Quanto à Responsabilidade socioambiental

A Organização Bradesco busca permanentemente “fomentar iniciativas para a formação e valorização da cidadania, erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais”, como disposto no seu Código de Conduta Ética, que acrescenta: “devemos ter o firme compromisso de praticar, incentivar e valorizar a preservação ambiental, buscando convergir os objetivos empresariais para os anseios e interesses da comunidade em que atuamos, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável.”.(BRADESCO 70 ANOS).

Esses princípios têm orientado a criação de produtos com reconhecido caráter social, como títulos de capitalização socioambientais, seguros populares voltados para as classes C, D e E, e previdência complementar destinada a dar tranquilidade e segurança a aposentados.

Quanto ao Compromisso com os Grupos e Clientes

Todas as pessoas ligadas à organização, deve contribuir ao máximo, para a melhoria e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da mesma, sendo esta uma condição para sua perpetuidade. Logo, a imagem do grupo deve ser resguardada, tendo em vista que esses atributos são os principais ativos intangíveis de qualquer entidade no mercado segurador. O desrespeito aos concorrentes de mercado, também é vedado, sendo banidas críticas ou referências que possam vir a causar prejuízos morais aos mesmos.

Tem-se ainda, convicção de que os clientes devem ser respeitados e tratados da melhor forma possível, cumprindo todos os compromissos assumidos e assegurando-lhes segurança,

clareza quanto às informações prestadas, tendo conformidade com a regulamentação e legislação aplicáveis.

Quanto aos problemas éticos do Banco Bradesco, destaca-se o conflito de interesses que ocorre quando existe a possibilidade de confronto, direto ou indireto, entre necessidades e desejos da organização e seus colaboradores, que possa comprometer ou influenciar negativamente o desempenho de suas atribuições e responsabilidades.

O interesse é caracterizado por qualquer vantagem em benefício próprio ou de terceiros (parentes, amigos etc.) com os quais mantêm ou mantiveram relações pessoais, comerciais ou políticas. São exemplos de conflito de interesses: induzir o cliente a cancelar e/ou resgatar um produto vinculando a nova aquisição por interesse próprio como cumprimento de metas, ganhos financeiros ou de outra natureza; influenciar na decisão de contratação ou prestação de serviços realizados por pessoas físicas ou jurídicas, favorecendo um em detrimento do outro e utilizar o nome ou imagem do Grupo sem a devida autorização, em benefício próprio ou de terceiros.

O descumprimento do código de ética e regras de conduta submete ao indivíduo das organizações às punições e com fim de extinguir isso, o Banco Bradesco implantou uma política de disseminação desses valores, através de seminários, palestras, até mesmo o regulamento impresso e entregue a cada membro individualmente, com intuito de conscientizá-los que a conduta respaldada pela ética é benéfica não só para o ambiente organizacional, mas também para a sociedade de um modo geral.

A GESTÃO DOS INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEIS

No Ativo não circulante, temos o subgrupo do imobilizado que consiste em bens que são destinados a manutenção das atividades econômicas da entidade. Szuster em seu livro, Contabilidade geral, define o imobilizado como:

Correspondente às aplicações de recursos de entidade em ativos tangíveis que não se tem por objetivo transformar diretamente em dinheiro e que são utilizados em sua atividade operacional, ou seja, o imobilizado corresponde ao saldo de bens tangíveis da entidade utilizados em suas operações normais se que tem a capacidade de gerar benefícios econômicos durante vários períodos como: imóveis, máquinas e veículos. (2001, p. 321).

Os bens que compõe o ativo imobilizado sofrem depreciação, vale frisar que o termo depreciação só pode ser usado se for relacionado a bens tangíveis, no caso de intangíveis o

termo usado é amortização. A depreciação consiste na redução do valor do ativo imobilizado resultante de desgaste pelo uso, ação da natureza, entre outros. Ainda de acordo com Stuster (2001, p. 331) a depreciação é classificada como reconhecimento contábil da realização efetiva dos benefícios futuros que se esperava, no passado, que o imobilizado gerasse (no futuro - que já é passado ou presente).

As empresas têm o poder de decidir e verificar quais métodos de depreciação, amortização e exaustão prefere adotar.

Foi realizada uma pesquisa de campo na organização de capital aberto Bradesco S.A. com o objetivo de saber qual método de depreciação ela utiliza em seu ativo imobilizado e constatou-se que no Bradesco utiliza-se o método de depreciação linear, que se baseia na vida útil do bem.

A conta, ativo imobilizado, corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- Imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios.
- Máquinas e equipamentos – 10% ao ano;
- Sistemas de transportes – 20% ao ano;
- Sistemas de processamento de dados – de 20% a 50% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*Impairment Test*), quando aplicável.

A composição dos valores referente aos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, inclusive provenientes de arrendamentos mercantis operacionais, bem como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização.

O Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Iudícibus ao falar sobre ativo intangível elucida que:

O CPC 04 define ativo intangível como um ativo não monetário identificável sem substância física. Essa definição nos remete ao Pronunciamento Conceitual Básico que estabelece que um ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade. Três pontos dessas definições devem ser analisados com especial atenção tendo em vista. O reconhecimento de um ativo intangível: identificação, controle e geração de benefícios econômicos futuros. Um intangível se deve ser reconhecido se atender a esses três pontos. (IUDÍCIBUS, 2010 p. 264).

No Bradesco, o intangível é composto por rentabilidade futura/carteira de clientes adquirida e aquisição de direito para prestação de serviços bancários, que são registradas e amortizadas, quando aplicável, em um período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro e ajustado por redução ao valor recuperável. O Software é registrado ao custo deduzido da amortização, pelo método linear, durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*Impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo, quando possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como, mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

Entende-se por ágio, a diferença entre o valor pago a maior e patronal. O ágio apurado nas aquisições de investimentos do Banco Bradesco, totalizou R\$ 3.856.619 mil, líquido das amortizações acumuladas, quando aplicável, sendo: R\$ 579.499 mil representados pela diferença entre o valor contábil e o valor de mercado de ações registradas no Ativo Permanente – Investimentos (ações da BM&FBOVESPA e Integritas/Fleury); Amortizável mediante sua realização é R\$ 3.277.120 mil por rentabilidade futura/carteira de clientes, que é amortizado em até vinte anos, líquido das amortizações acumuladas, quando aplicável. No fim de setembro de 2012, foram amortizados ágios no montante de R\$ 199.674 mil (30 de setembro de 2011 – R\$ 198.481 mil) e no 3º trimestre de 2012 - R\$ 66.944 mil (2º trimestre de 2012 - R\$ 66.945 mil).

Em relação ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, Iudícibus afirma que:

Apesar do ágio por expectativa de rentabilidade futura não mais ser amortizado para fins contábeis, na apuração do lucro tributável, no LALUR, as empresas poderão continuar amortizando esse ágio e aproveitando o benefício fiscal caso tenham direito a isso até que seja, eventualmente, mudada a legislação fiscal. O tratamento tributário será o mesmo que vinha sendo adotado antes – o da dedutibilidade da amortização nos casos pré-estabelecidos legalmente. (IUDÍCIBUS, 2010, p.267).

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por softwares, *goodwill*, a amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada nas rubricas “outras despesas administrativas” e “outras despesas operacionais”, quando aplicável; Software foi adquirido e/ou desenvolvido por empresas especializadas, o *goodwill* é composto pelos ágios na aquisição da participação no Banco Bradescard (atual denominação do Banco Ibi) - R\$ 891.218 mil, Odontoprev - R\$ 310.546

mil, Ágora Corretora - R\$ 90.117 mil, Ibi México - R\$ 23.908 mil, Europ Assistance Serviços de Assistência Personalizados - R\$ 20.338 mil, Alelo (CBSS) – R\$ 120.695 mil, Cielo – R\$ 408.014 mil e Banco Berj – R\$ 1.155.674 mil, líquidos de amortizações acumuladas, quando utilizado.

O banco Bradesco S.A. utiliza o processo de ajuste no Livro de Apuração do Lucro Real Eletrônico (e-LALUR) pelo fato de utilizar como regime tributário o lucro real. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei no 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei no 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A aplicação do Teste de Recuperabilidade do ativo é importante para assegurar que o valor registrado de um ativo seja recuperável pela capacidade de gerar receita pela sua venda ou pelo uso. O Teste de Recuperabilidade de ativos de longa duração visa registrar e mensurar a perda de capacidade de recuperação do valor contábil desses ativos. Iudícibus afirma que:

Os ativos intangíveis com vida útil definida, embora sejam objeto de amortização periódica em resultado para reconhecimento de sua realização contábil, estão sujeitos, como todo e qualquer ativo, a avaliação do seu valor de recuperação. Não há, conceitualmente, como se manter um ativo registrado por um valor que exceda sua substancia econômica. (IUDÍCIBUS, 2010, p. 267).

Os títulos e valores mobiliários mantidos em suas categorias até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável. Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período, quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado por Demonstrações Contábeis, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal. Substancialmente independentes de outros ativos e grupos aos valores das perdas por *Impairment*, quando aplicáveis.

O Balanço Consolidado do banco Bradesco S.A. segue perfeitamente a ordem estabelecida pelas leis internacionais – Ativo Circulante; Ativo Não Circulante: Permanente, Investimento, Imobilizado; Passivo Circulante; Passivo Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido. (Anexo 2, p. 32 a 35).

Abaixo estão os recursos captados e administrados pela Organização Bradesco, em 30 de setembro, que somaram R\$ 1,172 trilhão, crescimento de 20,43% sobre o mesmo período do ano anterior:

- R\$ 458,407 bilhões em Depósitos à Vista, a Prazo, Interfinanceiros, Mercado Aberto e Cadernetas de Poupança, superior 15,72%;
- R\$ 404,443 bilhões em recursos administrados, compreendendo Fundos de Investimento, Carteiras Administradas e Cotas de Fundos de Terceiros, crescimento de 26,61%;
- R\$ 168,639 bilhões registrados na Carteira de Câmbio, Obrigações por Empréstimos e Repasses, Capital de Giro Próprio, Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados, Recursos de Emissão de Títulos, Dívida Subordinada no País e Demais Captações, evolução de 15,69%;
- R\$ 117,807 bilhões em Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, aumento de 21,33%;
- R\$ 22,712 bilhões em Recursos Externos, por meio de emissões públicas e privadas, Dívida Subordinada e Securitização de Fluxos Financeiros Futuros, equivalente a US\$ 11,185 bilhões.

As operações de crédito consolidadas, no conceito expandido, ao término do trimestre, registraram o saldo de R\$ 371,674 bilhões, um crescimento de 11,84% em comparação ao mesmo período do ano anterior, incluindo-se nesse montante:

- R\$ 7,361 bilhões em Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, para uma Carteira total de US\$ 14,346 bilhões de Financiamento à Exportação;
- US\$ 3,758 bilhões de operações em Financiamento de Importação em Moedas Estrangeiras;
- R\$ 8,731 bilhões em Arrendamento Mercantil;
- R\$ 15,968 bilhões em negócios na Área Rural;
- R\$ 85,987 bilhões em Financiamento do Consumo, que inclui R\$ 11,571 bilhões de créditos a receber de Cartões de Crédito;
- R\$ 54,732 bilhões de Avais e Fianças;
- R\$ 30,416 bilhões referentes às operações de repasses de recursos externos e internos, originários principalmente do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, destacando-se como um dos principais agentes repassadores de recursos.

O Bradesco BBI, Banco de Investimento da Organização Bradesco, assessora clientes em emissões de ações, fusões e aquisições, estruturação e distribuição de instrumentos de

dívidas (debêntures, notas promissórias, CRIs, fundos imobiliários, FIDCs e bonds), no Brasil e Exterior, além de operações estruturadas de financiamentos de empresas e de projetos. O Bradesco BBI foi o líder do ranking semestral de fusões e aquisições, renda fixa e renda variável, segundo a Associação Brasileira dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima,. No período de janeiro a setembro de 2012, realizou transações com volume superior a R\$ 96,401 bilhões.

No Anexo 3 (p. 36-37) estão destacadas as principais sociedades, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, com suas devidas notas explicativas.

Os investimentos em empresas controladas, empresas de controle compartilhado e empresas coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP) que segundo Iudícibus (2010, p 171) nasceu para complementar os balanços consolidados, e depois se estendeu aos individuais. Ainda a respeito desse tema ele afirma que:

O conceito básico do Método da Equivalência Patrimonial e fundamentado no fato de que os resultados e quaisquer outras Variações patrimoniais da investida sejam reconhecidos (contabilizados) na investidora no momento de sua geração na investida, independentemente de serem ou não distribuída por está. (IUDÍCBUS, 2010, p. 170).

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo Custo de Aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (Impairment Test), quando aplicável. Nos anexos 4 e 5 (p. 38 e 39) encontra-se a Demonstração Consolidada do Resultado, demonstrando a composição das coligadas, e os outros investimentos avaliados pelo MEP, respectivamente.

AS RELAÇÕES DO CONTADOR COM AS VÁRIAS ÁREAS DO DIREITO

Regulamento da empresa

O regulamento interno de uma empresa consiste em um instrumento pelo qual o empregador pode se valer para estabelecer regras (direitos e deveres) aos empregados que a ela presta serviços. Logo, o regulamento estabelece o que é permitido ou não dentro da organização e pode abranger regras tanto para os empregados quanto ao próprio empregador,

na prática ele serve para conscientizar o empregado de como a empresa atua, como funciona o ambiente de trabalho e como seus empregados agem ao representá-la diante a sociedade.

O contador exerce um papel ativo na organização, além de mero contabilista, ele é a peça chave na formação desses regulamentos, orientando, direcionando e organizando as informações para que ele caiba no âmbito que a empresa busca. Com isso, o contador deve ter conhecimento e entendimento não só da empresa em que trabalha ou presta serviço, mas também, no que diz respeito às leis de trabalho, no caso a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Planejamento salarial

As políticas salariais são realizadas através do plano de cargos e salários o qual normatiza, internamente, a sistemática de promoção e progressão da carreira dos profissionais de uma empresa. Por isso, eles são itens chave no recrutamento e manutenção dos recursos humanos das empresas, propiciando um ambiente de motivação e produtividade.

Os salários serão administrados dentro da faixa salarial de cada classe, ou seja, definido por seu sindicato, sendo que sua determinação seja feita conforme as Normas e Procedimentos de Funcionamento do Sistema de Administração de Cargos e Salários, assim discriminados e desenvolvidos:

- Salário de Admissão: O contratado deve ter seu salário de acordo com o que está estabelecido por seus sindicatos, mas poderá receber acima desse limite, em função do grau de qualificação e experiências exigidas do candidato ou por contingência de mercado;
- Salário Para um Novo Cargo: Será definido através de processo de avaliação e classificação dessa nova função;
- Alterações Salariais: Podem ocorrer conforme as situações a seguir:
 1. Fim do período de experiência;
 2. Promoção Vertical (promoção para um cargo maior);
 3. Promoção Horizontal (aumento de salário por merecimento, no mesmo cargo);
 4. Transferência para outro cargo;
 5. Reclassificação do cargo;
- Ajustes de mercado.

Elaboração de folha de pagamento:

Conforme o ART. 32, I, da Lei nº 8.212/1991, o empregador é obrigado a elaborar a folha de pagamento mensal de seus funcionários e para tal, não existe modelo oficial, podendo ser adotado o que melhor atenda aos interesses de cada empresa. (ERS Contabilidade, 2012). Além dos funcionários, a empresa também é obrigada a preparar a folha de pagamento a todas as pessoas físicas que prestam serviços sem vínculo empregatício, tais como trabalhador avulso e o contribuinte individual.

A principal base para a constituição do mesmo é o salário, compreendido como a contraprestação devida ao empregado pela prestação de serviços, em decorrência do contrato de trabalho, além da remuneração, que é a soma do salário contratualmente estipulado, com outras vantagens percebidas na vigência do contrato trabalho. O salário mínimo do trabalhador é fixado em lei, com ajustes periódicos e pode ser pago, mensalmente, quinzenalmente, semanalmente, sendo este fixado em seu contrato de trabalho e inscrito na CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Para o fechamento da folha de pagamento, é necessário apurar a folha de ponto dos funcionários, com fim de identificar os eventos ocorridos com cada um no mês corrente, como por exemplo: hora extra; descanso semanal remunerado; adicional noturno; faltas; atraso; periculosidade; insalubridade; salário família; salário maternidade; gratificação de natal e/ou 13º salário.

Rotinas trabalhistas nas empresas

Para a admissão dos funcionários, é função do RH exigir os documentos obrigatórios pelo Ministério do Trabalho: a Carteira de trabalho (CTPS), o atestado médico admissional, uma foto três por quatro para ser anexada ao livro de registro de funcionários, o comprovante de endereço, a Carteira de Identidade, o CPF, o número do PIS, a certidão de nascimento de filhos com idade inferior a quatorze anos e o cartão de vacinação para filhos menores de sete anos. São exigidos por Lei:

- O Livro de inspeção, para fins de controle de fiscalização;
- O Quadro de horário de trabalho, onde tem que se manter em local bem visível;
- A Agenda trabalhista e previdenciária, para acompanhamento e fiscalização de cumprimento do recolhimento dessas obrigações;

- O Cartão de ponto, para os estabelecimentos que possuem mais de dez funcionários;
- O CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, cumprindo as determinações da Lei nº. 4.923-65, os estabelecimentos que registrarem movimento de empregados deverá informar ao Ministério do Trabalho até o dia 07 (sete) do mês seguinte os movimentos ocorridos;
- A CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - verifica a obrigatoriedade da semana de prevenção de acidentes de trabalho e da instituição da comissão interna, elaborando o mapa de risco para melhor inspeção do funcionamento do estabelecimento;
- O PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional é obrigatório para empregados admitidos e demitidos ou quaisquer outras eventualidades;
- O PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário, que é um documento histórico-laboral do empregado, destinado a prestar informações à Previdência e entregue quando ocorre o desligamento do empregado na empresa;
- O Vale transporte descontado do mesmo, no máximo 6% do salário base.

Direito Tributário

No Brasil, o nível de tributação sobre as empresas é altíssimo. Essa alta tributação muitas vezes, prejudica as empresas, inviabilizando certos negócios. Um ponto a ser levado em conta é que muitas empresas possuem dividas fiscais as quais não conseguem arcar chegando a quebrar por causa das dívidas.

Com a tributação elevada é evidente que os empresários têm como objetivo diminuir encargos tributários, levando em consideração que a tributação interfere significativamente no resultado econômico da empresa. Podemos perceber como a tributação afeta as empresas com o que diz Zanluca ao afirmar que:

É sabido que os tributos (impostos, taxas e contribuições) representam importante parcela dos custos das empresas, senão a maior. Com a globalização da economia, tornou-se questão de sobrevivência empresarial a correta administração do ônus tributário. Segundo o IBPT, no Brasil, em média, 33% do faturamento empresarial é dirigido ao pagamento de tributos. Somente o ônus do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro das empresas pode corresponder a 51,51% do lucro líquido apurado. Da somatória dos custos e despesas, mais da metade do valor é representada pelos tributos. Assim, imprescindível à adoção de um sistema de economia legal. (Zanluca,2012).

Tentar reduzir os impostos dentro da lei é denominado planejamento tributário. Mas antes de falar sobre a importância desse planejamento para as empresas é preciso definir o que

é planejamento tributário, Fabretti citado por Oliveira (2012, p. 3) define-o como “um estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se planejamento tributário, o que exige antes de tudo, bom senso do planejador.”.

O planejamento tributário tem como finalidade, evitar a ocorrência do fato gerador, ou seja, poupar a incidência do tributo. Define-se com o planejamento providências a serem tomadas no sentido de reduzir a base de cálculo ou alíquota. E estudam-se maneiras de retardar o pagamento do tributo sem que isso, obviamente, acarrete multas.

Portanto, tentar pagar menos imposto não é contra lei, o contribuinte pode e deve escolher a melhor maneira de diminuir os impostos, desde que faça isso dentro da lei. Nesse contexto, entra a figura do contador, que deve ser um bom profissional, de forma que, este deve procurar indicar o melhor critério para fazer um bom planejamento tributário. É de fundamental importância que a empresa tenha profissionais bem capacitados, porque do contrário, por exemplo, do contador recolher a menor um tributo, seu cliente ou a empresa para qual ele trabalha vai ter que arcar com prejuízos. Neste caso, será devido os acréscimos legais oriundos do tributo pago a menor.

Impostos Municipais

- IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

O Fato Gerador é a propriedade, o domínio útil, a posse do bem imóvel por natureza ou acessão física. A base de cálculo é valor venal do imóvel. O contribuinte vai ser o proprietário do imóvel, entre outros.

- ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

O Fato Gerador é a propriedade, domínio útil ou posse do imóvel localizado fora da zona urbana. (ART.29 CTN). A base de cálculo é o valor fundiário. A alíquota vai ser progressiva de acordo com a produtividade. O contribuinte é o proprietário, titular do domínio útil ou o possuidor.

- ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

A prestação do serviço é considerada o fato gerador, serviço então, é um bem imaterial na etapa de circulação econômica e não pode ser instituído sobre os serviços abrangidos pelo ICMS. Sendo assim, a base de cálculo é o valor do serviço.

- ITBI - Imposto sobre a transmissão de bens imóveis

Tem como fato gerador a transmissão, “inter vivos”, a qualquer título, de propriedade ou domínio útil de bens imóveis. O contribuinte do imposto é qualquer das partes na operação tributada e a alíquota utilizada é fixada em Lei ordinária do município competente, sobre o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.

Impostos Estaduais

- ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

O fato gerador do ICMS é a saída de mercadoria do estabelecimento do contribuinte. O Sujeito Ativo é o Estado e Distrito Federal e o Sujeito Passivo é qualquer pessoa, física ou jurídica que realize operações de circulação de mercadorias ou prestação de serviços.

- ITCM - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação

Seu fato gerador é a transmissão “causa mortis” e doação, ressaltando que a transmissão “inter-vivos” está incluída na competência dos municípios. O Sujeito Ativo é Estado e o Distrito Federal e o Sujeito Passivo são os beneficiários dos bens, dos direitos recebidos ou doadores.

- IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

É o imposto sobre a propriedade de veículos automotores. Seu fato gerador incide sobre a propriedade de veículos automotores, entendido como qualquer veículo com propulsão por meio de motor. O Sujeito Ativo são os estados e o Distrito Federal e o Sujeito Passivo, os proprietários de veículos automotores sujeitos ao licenciamento em órgão federal, estadual ou municipal.

Impostos Federais

- II - Imposto sobre a Importação

Imposto de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros, tendo como fato gerador a entrada de produtos estrangeiros no território nacional. (CTN, ART. 19). O contribuinte deste imposto é o importador ou a quem a ele a lei equiparar, e o arrematante de produtos apreendidos ou abandonados (CTN, ART. 22).

- IE - Imposto Sobre Exportação

O imposto, de competência da União, sobre a exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados tem como fato gerador a saída destes no território nacional (CTN, ART. 23).

Considera-se ocorrido no momento da expedição da guia de exportação ou documento equivalente, porém a condição necessária para incidência do tributo é a de, cumulativamente e contendo os seguintes requisitos: saída do território nacional de produto nacional ou nacionalizado para consumo ou uso no exterior. Contribuinte do imposto é o exportador ou quem a lei a ele equiparar (CTN, ART. 27).

- IR - Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza

É imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza e tem como fato gerador a renda e proventos de qualquer natureza, ou seja, disponibilidade econômica ou jurídica. Tem como fato gerador a renda e proventos de qualquer natureza, ou seja, disponibilidade econômica ou jurídica. A base de cálculo é o montante da renda. No caso de pessoa física é o rendimento e no caso de pessoa jurídica é o lucro real, arbitrado ou presumido.

Para realização do cálculo de IRPJ, há três tipos de apuração, ficando á escolha das organizações, sendo o lucro real, o lucro presumido e o lucro arbitrado. Para cada um deles é utilizada uma alíquota de 15% sobre a base deles com um adicional de 10% caso suas parcelas excedam o valor de R\$20.000,00.

- IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados

Imposto, de competência da União, sobre produtos industrializados tem como fato gerador, a saída do bem do estabelecimento, o desembaraço aduaneiro e a arrematação do bem apreendido ou abandonado. O Sujeito Passivo vai ser o industrial ou equiparado, o importador ou equiparado, ou o arrematante. A base de cálculo é o valor da operação ou o preço da mercadoria, no caso da saída da mercadoria do estabelecimento e no desembaraço aduaneiro, o preço juntamente com o imposto de importação, taxas e encargos cambiais.

- IOF - Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros e ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.

Função extra-fiscal: intervenção na política de crédito, câmbio, seguro, títulos e valores mobiliários (ART. 67, CTN). Tem como fato gerador as operações de crédito, entrega total ou parcial do valor em dinheiro ou sua colocação à disposição, operações de câmbio, seguro e títulos e valores mobiliários. A base de cálculo deve conter:

1. Operações de crédito: montante da operação (capital + juros);
2. Operações de câmbio: montante em moeda nacional;
3. Seguro: valor do prêmio;
4. Títulos e valores mobiliários;
5. Emissão: valor nominal + ágio;
6. Transmissão: valor nominal ou cotação em bolsa (depende da lei);
7. Pagamento ou resgate: preço.

O Contribuinte do imposto é qualquer das partes na operação tributada, como dispuser a lei. (CTN, ART. 66). Sendo assim, são contribuintes: os tomadores de crédito, os compradores de moeda estrangeira para pagamento de importação de bens e serviços, os segurados e os adquirentes de títulos e valores mobiliários, os primeiros tomadores, pessoas físicas ou jurídicas – dos créditos concedidos pelos agentes do Sistema Financeiro da Habitação.

Direito Ambiental

O sistema ambiental adotado no Brasil revela-se anacrônica, defasado e ineficiente diante da busca da sustentabilidade. Desde o momento em que foi criado o sistema de proteção ambiental pela Lei de Política Nacional de Meio Ambiente -6.938/81 houve uma evolução no Direito Ambiental, dando uma nova roupagem e harmonização entre o meio ambiente e as organizações.

As constantes mudanças no cenário econômico mundial vêm estimulando as organizações a adequarem suas práticas de gestão à nova realidade de mercado. Tais mudanças estão ocorrendo no campo tecnológico, político, econômico, financeiro, social e ambiental, o que exige das organizações, meios confiáveis de obter informações apropriadas e em tempo hábil para subsidiá-las no processo da tomada de decisão.

Com isso, as organizações deixaram de se preocupar apenas com a maximização dos lucros e incorporaram a ideia de responsabilidade social aos negócios, passando a buscar continuamente a melhoria da qualidade ambiental dos serviços e produtos, aprimorando-os

para o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental. Portanto, elas reúnem as melhores práticas e procedimentos gerenciais que reduzem as possibilidades de dano ao meio ambiente, visando a redução da emissão de efluentes, reciclagem de materiais, atendimento a situações de emergência e até mesmo análise do ciclo de vida dos produtos e seus impactos sobre a natureza. (DIREITO Ambiental).

O Banco Bradesco, por exemplo, possui um conjunto de ações referentes a responsabilidade social, expressando um compromisso de todos os colaboradores á atender às modernas exigências de sustentabilidade. Desde a década de 50, o Bradesco se preocupa com a preservação do meio ambiente, criando em 2007, o Banco do Planeta, onde as ações socioambientais foram unificadas.

Entre vários projetos, pode-se citar o Programa de Gestão da Ecoeficiência que tem como objetivo, o tratamento das questões de mudanças climáticas e a gestão da emissão de Gases de Efeito Estufa do Bradesco:

Baseado no World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), adotamos conceitos de ecoeficiência que vinculam o desempenho ambiental e financeiro à otimização de processos, reciclagem, inovações tecnológicas e economia no uso de recursos naturais e materiais. [...] visando estabelecer uma estrutura de gestão ambiental alinhada aos negócios, contemplando dez temas de atenção: energia, água, papel, plástico, resíduos, Gases de Efeito Estufa (GEEs), esgoto, treinamento, eficiência e cadeia de valor. (BANCO do Planeta).

Diante disso, pode-se observar a notória importância e responsabilidade do profissional contábil dentro das organizações, assumindo o papel de gestores e contribuindo para soluções de problemas tanto econômicos quanto socioambientais.

A RELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

Foram analisadas as variáveis do imobilizado (x) e do patrimônio líquido do banco Bradesco S.A., onde foi realizada a operação para se analisar a correlação linear entre ambas.

Demonstrando que os valores discriminados na correlação é alta e positiva, o que indica que quando o imobilizado da organização aumenta (em milhões de reais), aumenta também o patrimônio líquido (também em milhões de reais).

Levando em consideração a equação de regressão aplicada ao modelo do banco Bradesco é notável que para cada aumento (em milhão de reais) do imobilizado, o patrimônio aumenta em 17,45 milhões, logo, quando o imobilizado obtiver saldo zerado, o patrimônio será negativado.

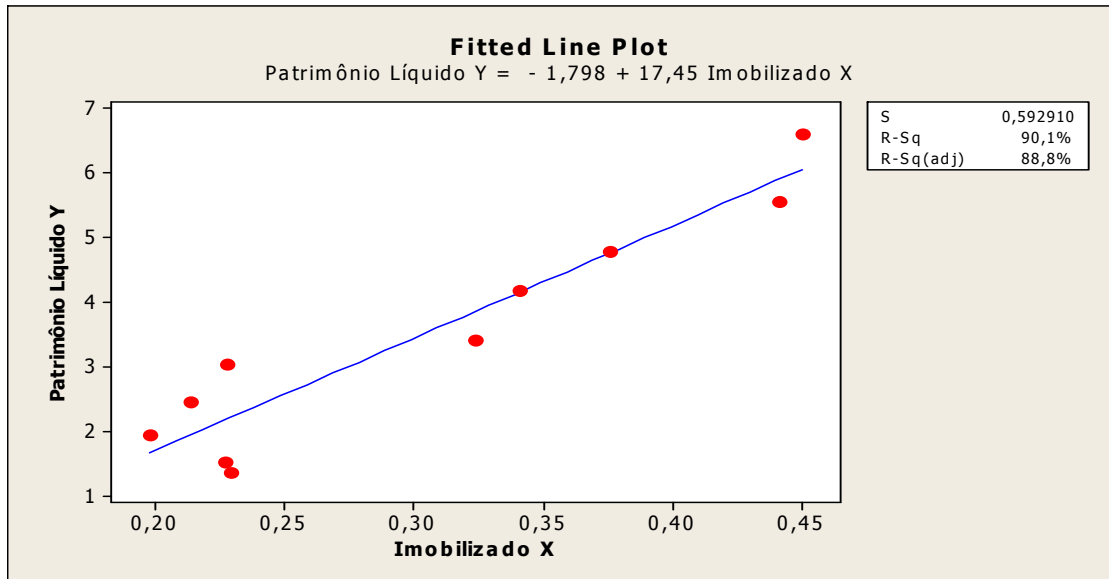


Gráfico 1: Os valores expressos nesse gráfico estão em milhões de reais(R\$), onde os mesmos foram divididos por 10.000.000 para facilitação do cálculo, no apêndice B, (p.29).
Fonte: ACPRSW.

De acordo com a variabilidade dos dados é alto, isso explica que o modelo utilizado pelo Bradesco está bem ajustado de forma que se torne confiável sua utilização.

A metodologia utilizada para a análise dos dados foi basicamente a retirada dos mesmos das Demonstrações Contábeis e Financeiras do Banco Bradesco S.A., sendo analisados as mutações do patrimônio líquido de acordo com a variação do imobilizado. Para fins de facilitação de cálculo, os valores das variáveis foram modificados e feitos através do programa Minitab 16, mostrando a correlação linear, a equação de regressão e o diagrama de dispersão da mesma.

Foram feitas previsões nas quais foi observado que ao jogarmos 0,5 milhão de imobilizado o patrimônio líquido responderia aumentando em 6,928 milhões de reais, mostrando o quão eficiente é esse modelo.

Os cálculos, gráficos e tabelas se encontram no apêndice A e B(p. 28-29).

A CONTRIBUIÇÃO DA MATEMÁTICA FINANCEIRA PARA A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Segundo SÁ, (1997, p.36) o livro Liber Abaci publicado por Leonardo Fibonacci, o Pisano, em 1202 no período que se iniciam as primeiras civilizações, trouxe uma forte influência no campo da Contabilidade, do comércio e das matemáticas – culturas que viviam associadas.

A influência das matemáticas, o fato de a escrita contábil estar atada ao cálculo desde seus primeiros tempos e de ter-se intensificado seu ensino nas escolas de matemáticas, tudo isto nos faz aceitar a força da mente lógica como geradora das partidas duplas. O hábito das equações, o valor das matemáticas associadas á Contabilidade, pode ter gerado o hábito da igualdade de débito e crédito. (SÁ, 1997.p.34).

Sendo assim, a matemática tornou-se muito importante em todas as ciências, não sendo diferente em Ciências Contábeis, pois ela mensura o patrimônio das Entidades, sendo inconcebível imaginá-la sem a utilização de números que quantifiquem os registros das mesmas.

Todo investidor busca a melhor rentabilidade de seus recursos, e para que se possa medir o retorno, faz-se necessária a aplicação de cálculos financeiros que possibilitam a tomada de decisão e a gestão financeira nas empresas. Grandes organizações têm investido muitos recursos no desenvolvimento de profissionais capacitados a entender e buscar as melhores opções de negócios.

O estudo da Matemática Financeira é todo feito em função do crescimento do capital aplicado com a variável: tempo. Sua aplicação está presente em toda parte e nas mais diversas formas, como no cálculo das prestações do financiamento de um bem optando pelo pagamento à vista ou a prazo, além de fornecer o instrumental necessário à avaliação de negócios, de modo a identificar os recursos mais atraentes em termos de custos e os mais rentáveis no caso de investimentos financeiros ou de bens de capital. Além disso, ela se preocupa com o estudo do valor pago em tempo futuro/passado. Frequentemente, várias pessoas são enganadas por falta de conhecimento pelos bancos, pelas financeiras, agiotas e grandes corporações que, por via de taxas de juros abusivas, lucram quantias exorbitantes sem que os clientes dêem conta do valor exorbitante que estão pagando.

A Contabilidade, por sua vez, é uma das ciências mais antigas do mundo e ela vem acompanhando as transformações que vem ocorrendo na sociedade, tornando-se cada vez mais importante para a tomada de decisões dentro das organizações. A Matemática Financeira vem evoluindo junto com a contabilidade, quando se trata de informações econômicas, por exemplo, elas trabalham juntas desde com planejamentos a controle da atividade da empresa.

Enfim, a Matemática Financeira é de suma importância para a tomada de decisões nas organizações e sua aplicação, pois quando bem desenvolvida, resulta em maior lucratividade, possibilitando assim, aumento nos resultados da mesma. Cabendo então, aos contadores contemporâneos, ampliarem suas habilidades para atender de forma eficaz as demandas do novo cenário econômico, passando a atuar de forma mais ativa no processo de gestão, adquirindo assim, o novo perfil do profissional contábil.

CONCLUSÃO

Vimos no presente trabalho, que o profissional de Ciências Contábeis precisa estar ciente das legislações jurídicas, pessoais e sociais, além de se ter a necessidade de estar em harmonia com todas elas ao mesmo tempo.

Percebe-se que através dos vários conhecimentos adquiridos por cada disciplina, existe uma mutualidade com cada uma no exercício de sua profissão, visto que é necessário conhecer das leis jurídicas em que o direito nos esclarece, unindo com a ética, presente na matéria de filosofia. Ambas seguem lado a lado. Assim também o é com as outras matérias, que juntas contribuem para que o profissional de Ciências Contábeis aja da melhor forma possível, tanto na relação interpessoal quanto na relação operacional, onde se trata da execução das tarefas.

O conhecimento de cada disciplina amplia o acervo de entendimento diante das situações vivenciadas dentro das organizações. Percebe-se, então, que ética, leis, dados, normas, pesquisas e entre outras ferramentas, devem ser utilizadas da melhor forma possível para que haja uma interação entre sociedade, ambiente, empresa e o profissional que está a desenvolver tais tarefas.

Enfim, o profissional deve buscar a se aperfeiçoar e a ampliar seus conhecimentos para que não exista alguma parte que saia prejudicada, pois ao executar cada tarefa ele está assumindo uma responsabilidade em que vários quesitos estão envolvidos, e uma falha pode prejudicar dos resultados até o relacionamento interpessoal.

REFERÊNCIAS

AS EMPRESAS e o meio Ambiente. Disponível em: <<http://rhholistico.blogspot.com.br/2009/06/as-empresas-e-o-meio-ambiente.html>> Acesso em: 13 out 2012.

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. **Psicologia aplicada à administração**: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2005. xxv, 423 p.

A IMPORTÂNCIA da gestão ambiental para as empresas. Disponível em: <<http://www.jaragua.ueg.br/artigos/151-a-importancia-da-gestao-ambiental-para-as-empresas>>. Acesso em: 13 out 2012.

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 11. Ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2005. 493p.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002, p.72.

BANCO Bradesco S.A.. Disponível em:<<http://www.bradesco.com.br>>. Acesso em: 02 out. 2012.

BANCO do planeta. Disponível em: <<http://www.bancodoplaneta.com.br/site/>>. Acesso em: 01 out. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Lex, 2007. 387p.

BRASIL. HARADA, Kiyoshi. Código tributário nacional (1966). **Código tributário nacional**. 13. ed. São Paulo: Lex, 2007.

CÓDIGOS de conduta ética setorial. Disponível em: <<http://www.bradescom.com.br/site/conteudo/interna/default3.aspx?secaoId=595>>. Acesso em: 06 out. 2012.

CLT: **Consolidação das Leis do Trabalho**. 3. ed., rev. atual. São Paulo: Método, 2011. p. 836.

DIREITO Ambiental. Disponível em: <<http://www.direitoambiental.adv.br/ambiental/qs/Ref/PAIA-6S9TNQ>>. Acesso em: 13 out. 2012.

DIREITO Ambiental. Disponível em: <http://www.gentevidaeconsumo.org.br/dir_ambiental/juliana/responsabilidade.html> Acesso em: 12 out. 2012.

ESTATUTO Social. Disponível em: <<http://www.bradescom.com.br/site/conteudo/interna/default3.aspx?secaoId=588>>. Acesso em: 22 set. 2012.

FAHL, Alessandra Cristina. **As Perspectivas do profissional contábil e o ensino da contabilidade**. Texto disponibilizado pelo SGA, por João Virgílio Sifuentes Costa em 19 out.2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as

sociedades. São Paulo: Atlas, 2010. XXVIII, p. 792.

MARTINEZ, Manuel Perez. O contador diante do Planejamento Tributário e da Lei Antielisiva. Disponível em <<http://www.cosif.com.br/publica.asp?arquivo=20040619elisao>> Acesso em: 08 out. 2012.

MATEMÁTICA Financeira. Disponível em: <<http://www.cienciascontabeis.com.br/matematicafinanceira.html>>. Acesso em: 22 out. 2012.

MISSÃO e estratégia. Disponível em: <<http://www.bradeskori.com.br/site/conteudo/interna/default.aspx?secaoId=770>>. Acesso em: 22 set. 2012.

OLIVEIRA, Rubia Carla Mendes de. SANTOS, Adiléia Ribeiro. **Planejamento Tributário Com Ênfase Em Empresas Optantes pelo Lucro Real**. Disponível em: <http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/361.pdf> Acesso em: 05 de out. 2012.

POLÍTICA de qualidade Bradesco. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:UP_FEfYuTDYJ:www.bradesco.com.br/html/content/popup/pdf/politica_da_qualidade.pdf+&hl=ptBR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESg2rxBwZSHNV_EM8q5zHvKPaqZuvsy1lwR6CbNsRo1Zi1_9HBG6lYhTqLIT3XHzepqGAbkI08SxFujlq0EThp7IVBeCU5OeDeLcxBxP49gwOQee3YXz69ySGVUNK8HDg2FmCv&sig=AHIEtbSn6VGujyTx6GVZX_-9QGrvW1LcYA>. Acesso em: 22 set. 2012.

POLÍTICAS. Disponível em: <<http://www.bradeskori.com.br/site/conteudo/interna/default3.aspx?secaoId=590>>. Acesso em: 22 set. 2012.

ROBBINS, Stephen P. Comunicação. In.: Robbins, Stephen P. **Comportamento Organizacional : teoria e prática no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. Cap. 11. p. 324 – 356.

ROBBINS, Stephen P. Motivação: do conceito às aplicações. In.: Robbins, Stephen P. **Comportamento Organizacional : teoria e prática no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. Cap. 8. p. 230 – 260.

SÁ, Antônio Lopes de. Título do capítulo consultado. In: SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998. Cap.4, p.34-38.

SILVIA, Cintia Rezende. A Importância da Matemática Financeira. Disponível em: <<http://www.cienciascontabeis.com.br/matematicafinanceira.html>>. Acesso em: 22 out. 2012.

SILVA, Márcio. Escassez de líderes e gestores nas empresas brasileiras pode comprometer o crescimento do país. Disponível em: <<http://www.coloboremais.com.br/topicos/escassez-de-lideres-e-gestores-nas-empresas-brasileiras-pode-comprometer-o-crescimento-do-pais>> Acesso em: 22 out. 2012.

ZANLUCA, Júlio César. Planejamento Tributário: Pague menos, dentro da lei!. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/planejamento.htm>>. Acesso em: 05 de out. 2012.

ZUSTER, Natan et al. **Contabilidade geral: Introdução a Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2011. 3.ed, p. 552.

APÊNDICE A – Cálculos, gráficos e tabelas de estatística.

CORRELAÇÃO LINEAR

$$r = \frac{12,0240 - 3,0286 * 34,8846}{10} \\ \sqrt{\frac{1,0008 - (3,0286)^2}{10}} \quad \sqrt{\frac{149,9678 - (34,8846)^2}{10}}$$

$$r = \frac{1,45882}{0,28906 * 5,31735} \quad r = 0,9491$$

EQUAÇÃO DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES

$$b1 = \frac{12,0240 - 3,0286 * 34,8846}{\frac{1,0008 - (3,0286)^2}{10}} \quad b1 = \frac{1,45885}{0,083558}$$

$$b1 = 17,45$$

$$b0 = 3,4884 - 17,45 * 0,3029 = - 1,797$$

Equação da regressão:

$$\text{Patrimônio Líquido } y = -1,797 + 17,45 \text{ imobilizado } x$$

COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO

$$R^2 = (0,9491)^2 * 100\% = 90,08\%$$

PREVISÃO

$$Y = -1,797 + 17,45(0,5) = 6,928$$

APÊNDICE B – Tabelas e Gráficos.

1) Tabela com valor alterado, dividido por 10.000.000 (dez milhões), para facilitação dos cálculos.

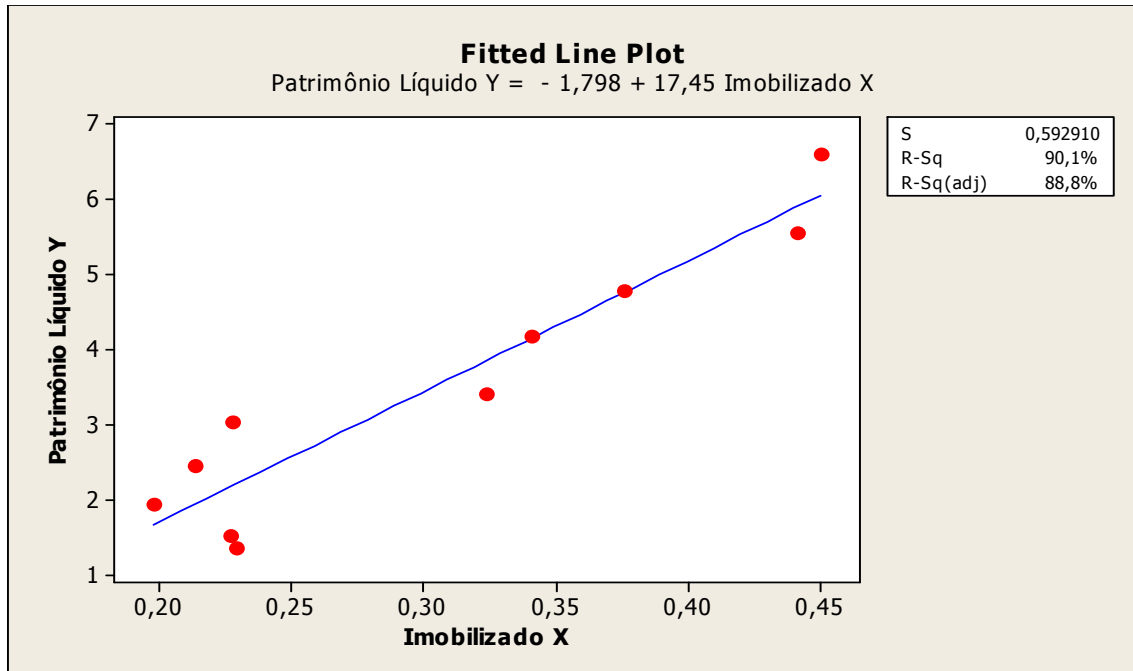
Ano	Imobilizado X	Patrimônio Líquido Y	X.Y	X ²	Y ²
2003	0,2291994	1,354688	0,310493677	0,052532365	1,835179577
2004	0,2270497	1,5214646	0,345448081	0,051551566	2,314854529
2005	0,1985571	1,9409274	0,385384916	0,039424922	3,767199172
2006	0,2136783	2,4636362	0,526425595	0,045658416	6,069503326
2007	0,2284078	3,0357344	0,693385416	0,052170123	9,215683347
2008	0,3236644	3,4256544	1,108762376	0,104758644	11,73510807
2009	0,3406308	4,1753751	1,422261361	0,116029342	17,43375723
2010	0,376207	4,804285	1,807405647	0,141531707	23,08115436
2011	0,4412633	5,5581664	2,452614848	0,1947133	30,89321373
2012	0,4499596	6,6047078	2,97185168	0,202463642	43,62216512
Total	3,0286174	34,8846393	12,0240336	1,000834026	149,9678185

2) Tabela valores reais do Balanço consolidado do Banco Bradesco S.A.

Ano	Imobilizado X	Patrimônio Líquido Y	X.Y
2003	R\$ 2.291.994,00	R\$ 13.546.880,00	R\$ 31.049.367.678.720,00
2004	R\$ 2.270.497,00	R\$ 15.214.646,00	R\$ 34.544.808.099.062,00
2005	R\$ 1.985.571,00	R\$ 19.409.274,00	R\$ 38.538.491.585.454,00
2006	R\$ 2.136.783,00	R\$ 24.636.362,00	R\$ 52.642.559.503.446,00
2007	R\$ 2.284.078,00	R\$ 30.357.344,00	R\$ 69.338.541.568.832,00
2008	R\$ 3.236.644,00	R\$ 34.256.544,00	R\$ 110.876.237.598.336,00
2009	R\$ 3.406.308,00	R\$ 41.753.751,00	R\$ 142.226.136.061.308,00
2010	R\$ 3.762.070,00	R\$ 48.042.850,00	R\$ 180.740.564.699.500,00
2011	R\$ 4.412.633,00	R\$ 55.581.664,00	R\$ 245.261.484.761.312,00
2012	R\$ 4.499.596,00	R\$ 66.047.078,00	R\$ 297.185.167.980.488,00
Total	R\$ 30.286.174,00	R\$ 348.846.393,00	R\$ 1.202.403.359.536.460,00

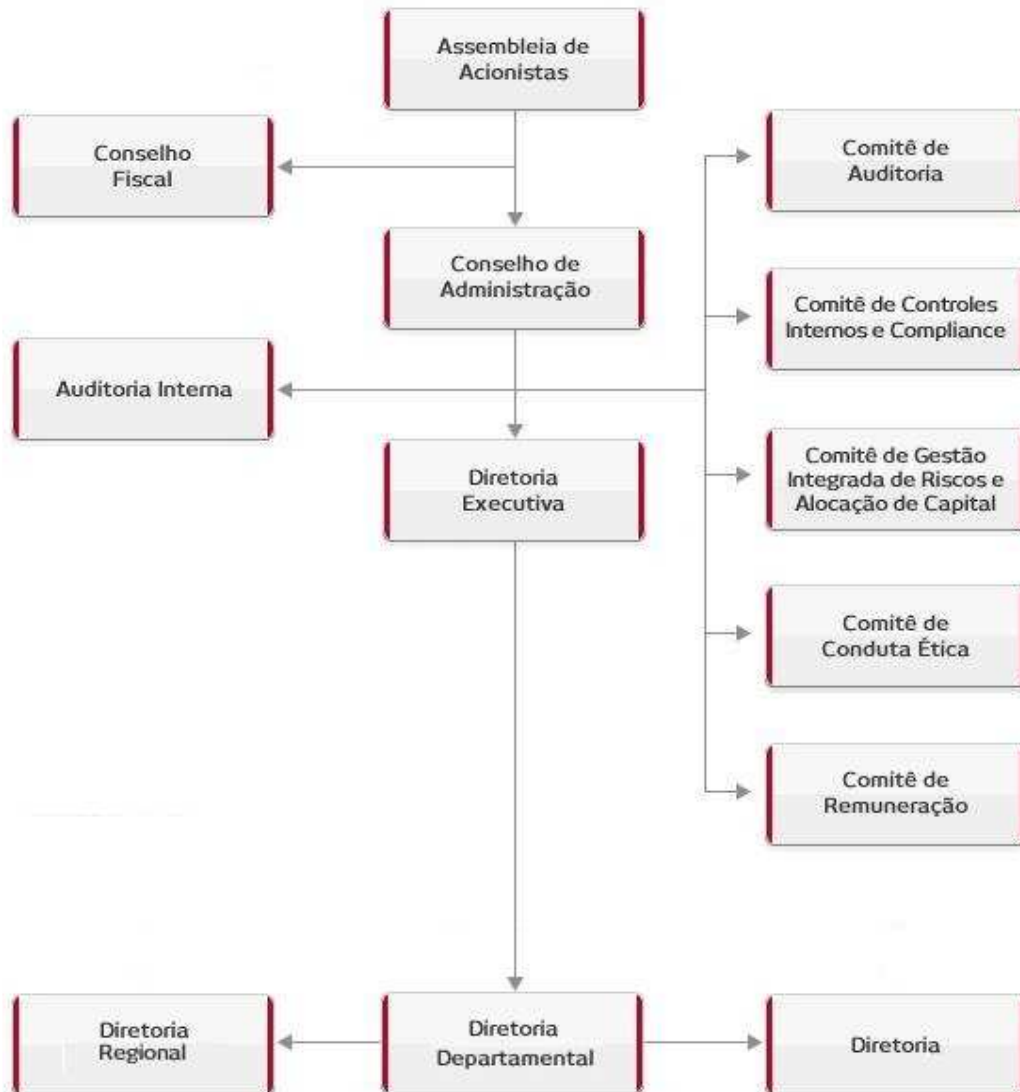
X ²	Y ²
R\$ 5.253.236.496.036,00	R\$ 183.517.957.734.400,00
R\$ 5.155.156.627.009,00	R\$ 231.485.452.905.316,00
R\$ 3.942.492.196.041,00	R\$ 376.719.917.207.076,00
R\$ 4.565.841.589.089,00	R\$ 606.950.332.595.044,00
R\$ 5.217.012.310.084,00	R\$ 921.568.334.734.336,00
R\$ 10.475.864.382.736,00	R\$ 1.173.510.806.823.940,00
R\$ 11.602.934.190.864,00	R\$ 1.743.375.722.570.000,00
R\$ 14.153.170.684.900,00	R\$ 2.308.115.436.122.500,00
R\$ 19.471.329.992.689,00	R\$ 3.089.321.373.008.900,00
R\$ 20.246.364.163.216,00	R\$ 4.362.216.512.338.080,00
R\$ 100.083.402.632.664,00	R\$ 14.996.781.846.039.600,00

3) Gráfico de Diagrama de Dispersão/ Regressão linear.



Os valores expressos nesse gráfico estão em milhões de reais (R\$), onde os mesmos foram divididos por 10.000.000 para facilitação do cálculo.

ANEXO 1



ANEXO 2 - Demonstrações Contábeis e Financeiras da Organização Bradesco S.A.

	Setembro 2012
Ativo	
Circulante	612.443.567
Disponibilidades	12.943.991
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	125.892.805
Aplicações no Mercado Aberto	117.856.744
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.037.180
Provisões para Perdas	(1.119)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	241.899.736
Carteira Própria	176.499.275
Vinculados a Compromissos de Recompra	57.957.328
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.585.305
Vinculados ao Banco Central	-
Vinculados à Prestação de Garantias	4.008.664
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	849.164
Relações Interfinanceiras	55.071.776
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	768.037
Créditos Vinculados:	
- Depósitos no Banco Central	54.222.409
- Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural	578
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	2.243
Correspondentes	78.509
Relações Interdependências	654.931
Transferências Internas de Recursos	654.931
Operações de Crédito	121.870.197
Operações de Crédito:	
- Setor Público	338.055
- Setor Privado	134.108.179
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(12.576.037)
Operações de Arrendamento Mercantil	4.370.926
Operações de Arrendamento a Receber:	
- Setor Público	-
- Setor Privado	8.516.508
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(3.663.648)
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(481.934)
Outros Créditos	47.273.435
Créditos por Avais e Fianças Honrados	7.230
Carteira de Câmbio	11.243.408
Rendas a Receber	678.519
Negociação e Intermediação de Valores	3.309.379
Créditos Específicos	2.503
Prêmios de Seguros a Receber	2.780.945
Diversos	29.976.066
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(724.615)
Outros Valores e Bens	2.465.770
Outros Valores e Bens	1.259.762
Provisões para Desvalorizações	(621.824)
Despesas Antecipadas	1.827.832
Realizável a Longo Prazo	227.852.187

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	879.572
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	879.572
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	77.637.517
Carteira Própria	51.751.401
Vinculados a Compromissos de Recompra	24.498.921
Instrumentos Financeiros Derivativos	514.354
Moedas de Privatização	75.222
Vinculados à Prestação de Garantias	797.619
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	-
Relações Interfinanceiras	549.063
Créditos Vinculados :	
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	549.063
Operações de Crédito	112.785.040
Operações de Crédito:	
- Setor Público	138.620
- Setor Privado	119.431.942
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.785.522)
Operações de Arrendamento Mercantil	3.537.135
Operações de Arrendamento a Receber:	
- Setor Privado	7.865.903
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(3.987.493)
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(341.275)
Outros Créditos	30.832.996
Rendas a Receber	39.265
Negociação e Intermediação de Valores	131.178
Diversos	30.668.041
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.488)
Outros Valores e Bens	1.630.864
Outros Valores e Bens	164
Despesas Antecipadas	1.630.700
Permanente	15.992.229
Investimentos	1.907.178
Participações em Coligadas - No País	1.415.539
Outros Investimentos	765.592
Provisões para Perdas	(273.953)
Imobilizado de Uso	4.499.596
Imóveis de Uso	1.289.384
Outras Imobilizações de Uso	9.252.973
Depreciações Acumuladas	(6.042.761)
Imobilizado de Arrendamento	-
Bens Arrendados	-
Depreciações Acumuladas	-
Intangível	9.585.455
Ativos Intangíveis	16.094.453
Amortização Acumulada	(6.508.998)
Total	856.287.983

Setembro 2012

Passivo	
Circulante	565.085.672
Depósitos	140.689.185
Depósitos à Vista	33.627.630
Depósitos de Poupança	65.540.064
Depósitos Interfinanceiros	252.806
Depósitos a Prazo	41.268.685
Captações no Mercado Aberto	222.559.493
Carteira Própria	113.035.061
Carteira de Terceiros	97.004.669
Carteira Livre Movimentação	12.519.763
Recursos de Emissão de Títulos	28.364.747
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	23.388.301
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	4.976.446
Relações Interfinanceiras	902.062
Correspondentes	902.062
Relações Interdependências	2.747.108
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.747.108
Obrigações por Empréstimos	9.248.622
Empréstimos no País - Outras Instituições	2.140
Empréstimos no Exterior	9.246.482
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	13.792.651
Tesouro Nacional	116.773
BNDES	5.093.958
CEF	19.789
FINAME	8.560.879
Outras Instituições	1.252
Obrigações por Repasses do Exterior	124.399
Repasses do Exterior	124.399
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.418.049
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.418.049
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	93.179.728
Outras Obrigações	50.059.628
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3.228.428
Carteira de Câmbio	3.765.147
Sociais e Estatutárias	1.748.713
Fiscais e Previdenciárias	5.857.307
Negociação e Intermediação de Valores	4.880.677
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.230
Dívidas Subordinadas	4.397.055
Diversas	26.181.071

Exigível a Longo Prazo	223.949.769
Depósitos	72.180.416
Depósitos Interfinanceiros	69.878
Depósitos a Prazo	72.110.538
Captações no Mercado Aberto	22.978.124
Carteira Própria	22.978.124
Carteira Livre Movimentação	-
Recursos de Emissão de Títulos	25.445.465
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	16.424.785
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	9.020.680
Obrigações por Empréstimos	902.896
Empréstimos no País - Outras Instituições	7.277
Empréstimos no Exterior	895.619
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	21.329.874
BNDES	7.124.721
CEF	40.962
FINAME	14.163.607
Outras Instituições	584
Instrumentos Financeiros Derivativos	729.662
Instrumentos Financeiros Derivativos	729.662
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	24.627.726
Outras Obrigações	55.755.606
Fiscais e Previdenciárias	20.199.624
Dívidas Subordinadas	30.109.686
Diversas	5.446.296
Resultados de Exercícios Futuros	619.391
Resultados de Exercícios Futuros	619.391
Participação Minoritária nas Controladas	586.073
Patrimônio Líquido	66.047.078
Capital:	
- De Domiciliados no País	29.721.739
- De Domiciliados no Exterior	378.261
Reservas de Capital	11.441
Reservas de Lucros	32.297.034
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.835.904
Ações em Tesouraria	(197.301)
Patrimônio Líquido Administrado pela Controladora	66.633.151
Total	856.287.983

ANEXO 3 – As principais sociedades, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas.

	Atividade	Participação total		
		2012		2011
		30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Ramo Financeiro – País				
Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Alvorada S.A.	Bancária	99,95%	99,95%	99,95%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bankpar S.A.	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A.	Banco de investimentos	98,35%	98,35%	98,35%
Banco Boavista Interatlântico S.A.	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Cartões S.A.	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	Adm. de consórcios	100,00%	100,00%	100,00%
Banco BERJ S.A. (1)	Bancária	100,00%	100,00%	-
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Adm. de ativos	100,00%	100,00%	100,00%
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradescard S.A. (2)	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%
Cielo S.A. (3)	Prestação de serviços	28,65%	28,65%	28,65%
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços - Alelo (3)	Prestação de serviços	50,01%	50,01%	50,01%
Tempo Serviços Ltda.	Prestação de serviços	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo Financeiro – Exterior				
Banco Bradesco Argentina S.A.	Bancária	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Bradesco Europa S.A.	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (4)	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco New York Branch	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc.	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, UK.	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo Segurador, de Previdência e de Capitalização				
Atlântica Capitalização S.A.	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Argentina de Seguros S.A.	Seguradora	99,90%	99,90%	99,90%
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Capitalização S.A.	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Saúde S.A.	Seguradora/saúde	100,00%	100,00%	100,00%
Odontoprev S.A.	Saúde dental	43,50%	43,50%	43,50%
Bradesco Seguros S.A.	Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Previdência/seguradora	100,00%	100,00%	100,00%
Atlântica Companhia de Seguros	Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%
Outras Atividades				
Andorra Holdings S.A.	Holding	100,00%	100,00%	100,00%
Bradseg Participações S.A.	Holding	100,00%	100,00%	100,00%
Bradescor Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesplan Participações Ltda.	Holding	100,00%	100,00%	100,00%
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (5)	Imobiliária	100,00%	100,00%	-

	Atividade	Participação total		
		2012		2011
		30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	Aquisição de créditos	100,00%	100,00%	100,00%
Columbus Holdings S.A.	Holding	100,00%	100,00%	100,00%
Nova Paiol Participações Ltda.	Holding	100,00%	100,00%	100,00%
Scopus Tecnologia Ltda.	Informática	100,00%	100,00%	100,00%
União Participações Ltda.	Holding	100,00%	100,00%	100,00%

- (1) Empresa adquirida em leilão realizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em maio de 2011 e consolidada a partir de novembro de 2011, quando da aprovação pelo Bacen;
- (2) Atual denominação do Banco Ibi S.A.;
- (3) Empresa consolidada proporcionalmente, em consonância com a Resolução nº 2.723/00 do CMN e Instrução CVM nº 247/96;
- (4) Está sendo consolidada a entidade de propósito específica denominada *International Diversified Payment Rights Company*, sociedade participante da operação de securitização do fluxo futuro de ordens de pagamentos recebidas do exterior; e
- (5) Empresa constituída em outubro de 2011.

ANEXO 4 - Composição dos investimentos nas demonstrações contábeis consolidadas.

Coligadas	R\$ mil		
	2012		2011
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
- IRB-Brasil Resseguros S.A.	523.700	487.030	465.643
- Integritas Participações S.A.	503.346	505.494	455.594
- BES Investimento do Brasil S.A.	108.080	107.052	99.274
- Outras	280.413	292.578	171.863
Total em coligadas – país	1.415.539	1.392.154	1.192.374
- Incentivos fiscais	239.542	239.542	239.646
- Outros investimentos	526.050	531.879	552.018
Provisão para:			
- Incentivos fiscais	(212.055)	(211.555)	(211.578)
- Outros investimentos	(61.898)	(62.936)	(51.432)
Total geral dos investimentos	1.907.178	1.889.084	1.721.028

ANEXO 5 - Os ajustes decorrentes da avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial dos investimentos.

Empresas	R\$ mil								
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação consolidada no capital social	Lucro líquido ajustado	Ajuste decorrente de avaliação (1)		
			ON	PN			2012		2011
							3º trimestre	Acumulado em 30 de setembro	Acumulado em 30 de setembro
IRB-Brasil Resseguros S.A. (2)	1.350.000	2.465.631	-	212	21,24%	446.897	36.425	94.921	49.430
BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento	320.000	540.400	10.745	10.745	20,00%	42.715	1.028	8.543	10.041
Integritas Participações S.A. (2)	57.406	881.685	22.581	-	22,32%	(122.133)	535	(27.260)	6.575
Outros (2)							6.602	27.163	24.686
Resultado de participações em coligadas							44.590	103.367	90.732

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica “Resultado de participações em coligadas”, e corresponderam no período findo em 30 de setembro de 2012 - R\$ 103.367 mil (30 de setembro de 2011 - R\$ 90.732 mil) e no 3º trimestre de 2012 - R\$ 44.590 mil (2º trimestre de 2012 - R\$ 18.610 mil).

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis; e

(2) Informações contábeis utilizadas com defasagem de data.